

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.042 - SP
(2019/0030171-3)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : WALTER ALBERTO DE LUCA
ADVOGADO : RODRIGO PERES DA COSTA E OUTRO(S) - SP213791
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS.

1. Por força do art. 85, § 11, do CPC/2015, impõe-se a majoração dos honorários advocatícios anteriormente fixados em razão da interposição de recurso, observados os parâmetros estabelecidos no § 2º do mesmo artigo.
2. A majoração da verba em um pontos percentuais não representa irrisoriedade na hipótese e mostra-se adequada às particularidades da causa.
3. No presente caso, tendo em vista que a sentença é datada de 22/8/2014, a fixação dos honorários advocatícios deve seguir as regras do CPC/1973. Assim não há falar em verba honorária fixada com base no proveito econômico, nos moldes do art. 85, §§ 2º e 3º, do novo código processual.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator